



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

1 Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas,
2 remotamente, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da
3 Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), sob a presidência da reitora, **Ludimilla**
4 **Carvalho Serafim de Oliveira**, para deliberar sobre a pauta da quarta reunião ordinária de dois
5 mil e vinte e um. Estiveram presentes os Pró-Reitores: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
6 (PROEC): **Paulo Gustavo da Silva**; Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD): **Suedes de**
7 **Araújo**; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PROPPG): **Glauber Henrique de Sousa**
8 **Nunes**; os Conselheiros representantes docentes: Centro de Ciências Agrárias (CCA): **José**
9 **Torres Filho**; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS): **Lívio Carvalho de Figueiredo**;
10 Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN): **Andrea Maria Ferreira Moura**; Centro de
11 Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH): **Ângelo Magalhães Silva**; Centro de
12 Engenharias (CE): **Manoel Quirino da Silva Junior**; Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA):
13 **Francisco Edcarlos Alves Leite**; Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC): **Hudson Pacheco**
14 **Pinheiro**; Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF): **Ricardo Paulo Fonseca Melo**;
15 Representante técnico-administrativo: **Maria de Lourdes Fernandes de Medeiros**;
16 Representantes discentes: **Lucca Matheus Araújo Silva** e **Marcondes Ferreira Costa Filho**.
17 Conselheiros com falta justificada: Adriana Dias Moreira Pires e Rafael Castelo Guedes Martins.
18 **PAUTA: Primeiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre a ata da terceira reunião ordinária de
19 dois mil e vinte e um. **Segundo ponto:** Apreciação e deliberação sobre os Programas Gerais de
20 Componentes Curriculares (PGCC's), encaminhados via Memorando Eletrônico número cento e
21 sessenta e dois de dois mil e vinte e um da PROGRAD. **Terceiro ponto:** Apreciação e
22 deliberação sobre o Calendário Acadêmico da Graduação Presencial do semestre letivo dois mil
23 e vinte e um, ponto, dois, encaminhado via Memorando Eletrônico número cento e sessenta de
24 dois mil e vinte e um da PROGRAD. **Quarto ponto:** Apreciação e deliberação sobre o
25 Memorando Eletrônico número quinze de dois mil e vinte e um da Comissão Permanente de
26 Pessoal Docente (CPPD). **Quinto ponto:** Outras ocorrências. Tendo constado o quórum legal,
27 a presidente do conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, declarou aberta a reunião.
28 As justificativas de ausências foram lidas, votadas e aprovadas por unanimidade. Logo após, a
29 pauta foi lida e colocada em discussão. O Conselheiro **José Torres Filho** solicitou a retirada do
30 ponto quatro, pois seria matéria de competência do Conselho Universitário (CONSUNI). Em
31 seguida, o conselheiro **Lívio Carvalho de Figueiredo** corroborou com a retirada do ponto quatro.
32 Além disso, solicitou a retirada do ponto três, pois antes de aprovar o calendário acadêmico seria



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

33 necessário discutir a duração desse calendário, com a questão de no mínimo cem dias letivos.
34 Logo, pediu retirada do ponto três e inclusão de um novo para discussão da duração do
35 calendário. Outrossim, o conselheiro **Ricardo Paulo Fonseca Melo** solicitou informações sobre
36 a nomenclatura presencial contida no ponto três. O conselheiro **Sueldes de Araújo** destacou
37 que era apenas para que ficasse claro nos documentos, destarte o compromisso de semestre
38 remoto enquanto durasse o cenário de pandemia. Portanto, resumiu que era apenas para fins
39 documentais, permanecendo o semestre remoto. Satisfeito com questão anterior, o conselheiro
40 **Ricardo Paulo Fonseca Melo** trouxe alteração do ponto três, para inclusão da discussão do
41 calendário acadêmico de dois mil e vinte e um, ponto, um. Por fim, como forma corroborar com
42 a discussão, ressaltou que se sentia inseguro em discutir o ponto três, uma vez que a
43 possibilidade do semestre acadêmico durar menos que cem dias letivos seria somente com um
44 decreto de estado de calamidade pública. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Junior**
45 ratificou a sugestão do conselheiro Ricardo Paulo Fonseca Melo para inclusão da discussão do
46 semestre dois mil e vinte e um, ponto, um em conjunto com o dois mil e vinte e um, ponto, dois
47 conforme memorando eletrônico da PROGRAD. No mesmo sentido, a conselheira **Andrea Maria**
48 **Ferreira Moura** encaminhou a proposta de alteração do texto do ponto três conforme sugestão
49 do conselheiro Ricardo Paulo Fonseca Melo. Além disso, pediu a inclusão de um ponto de pauta
50 para criação de uma comissão para analisar a viabilidade de supressão de um semestre. O
51 conselheiro **Sueldes de Araújo** reafirmou a fala do conselheiro Ricardo Paulo Fonseca de melo,
52 sobre a impossibilidade de flexibilização de semestre letivo, por falta de base legal. Ademais,
53 pontuou que o semestre letivo dois mil e vinte e um, ponto, um foi muito bem analisado pelo
54 comitê de graduação, de forma unânime, e, por esse motivo foi tomada a decisão de não
55 submeter o mesmo para revisão, para garantia de diversos preceitos, como a segurança jurídica
56 e a imagem que a Instituição gozava para com a sociedade. O conselheiro **Manoel Quirino da**
57 **Silva Junior** destacou que entendia a importância do comitê de graduação, porém frisou que
58 este era um encaminhamento do Centro de Engenharias, que também gozava de autonomia e
59 conhecimento de causa. Em seguida, a presidente do conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de**
60 **Oliveira**, colocou em votação a retirada do terceiro ponto da pauta. A proposta foi reprovada com
61 um voto favorável e treze contrários. A proposta de alteração do ponto três, para inclusão da
62 discussão do calendário acadêmico de dois mil e vinte e um, ponto, um, em conjunto com o dois
63 mil e vinte e um, ponto, dois, encaminhado via memorando eletrônico da PROGRAD foi colocada
64 em votação, sendo aprovada com uma abstenção, um voto contrário e doze favoráveis. Além
65 disso, foi posto em votação a retirada do ponto quatro com o conseqüente envio para o
66 CONSUNI, tendo sido aprovado com seis votos favoráveis, cinco contrários e duas abstenções.
67 Também foi colocada em votação a solicitação de inclusão de um ponto de pauta, para criação
68 de comissão para analisar a viabilidade de supressão de um semestre, sendo aprovado com seis



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

69 votos favoráveis, dois contrários e seis abstenções. Por fim, foi colocada em votação a inclusão
70 de ponto de pauta para discussão da duração do período letivo antes da discussão dos
71 calendários de dois mil e vinte e um, ponto, um, e dois mil e vinte e um, ponto, dois. Proposta
72 reprovada, com quatro votos contrários e três favoráveis. No mais, a pauta com alterações, foi
73 votada e aprovada com treze votos favoráveis e um voto contrário. **PRIMEIRO PONTO.** Sem
74 discussões, o ponto foi votado e aprovado com uma abstenção e treze votos favoráveis.
75 **SEGUNDO PONTO.** Também sem discussões, o ponto foi votado e aprovado com onze votos
76 favoráveis e três abstenções. **TERCEIRO PONTO.** O conselheiro **Ricardo Paulo Fonseca Melo**
77 pontuou que o posicionamento do Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF) era no
78 mesmo sentido da proposta original, de semestres com cem dias letivos, sendo o semestre dois
79 mil e vinte e um, ponto, um com início em dezenove de julho e o semestre dois mil e vinte e um,
80 ponto, dois com início em dezessete de janeiro. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Junior**,
81 por sua vez, destacou que conforme deliberado no Centro de Engenharias (CE), entendimento
82 era de supressão da quantidade de dias letivos por semestre, com início do semestre dois mil e
83 vinte e um, ponto, um em cinco de julho e término em dezenove de outubro, bem como o início
84 do semestre dois mil e vinte e um, ponto, dois em dezesseis de novembro com término em vinte
85 e seis de março de dois mil e vinte e dois. O conselheiro **Lívio Carvalho de Figueiredo** destacou
86 que o posicionamento do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) seria mais no
87 sentido da quantidade de dias letivos por semestre, podendo até mesmo iniciar na data proposta
88 original, contando que fosse reduzido para noventa dias letivos. O conselheiro **Ângelo**
89 **Magalhães Silva** ressaltou a importância de manutenção do calendário essencialmente remoto
90 e destacou que o Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH) seguia com a
91 proposta original, porém com o início do recesso em vinte de dezembro de dois mil e vinte e um
92 e o final no dia nove de janeiro de dois mil e vinte e dois. O conselheiro **Hudson Pacheco**
93 **Pinheiro** destacou que o Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC) era contra qualquer tipo de
94 redução do semestre letivo ou paralisação, uma vez que isso interferia no desenvolvimento e
95 aprendizado dos discentes. Além disso, pontuou considerações, para inclusão no calendário dos
96 prazos, como: solicitação de turmas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades acadêmicas
97 (SIGAA) pelas coordenações de curso; aprovação de turmas no SIGAA pelas chefias de
98 unidades acadêmicas; e ajustes das solicitações de turmas. O Conselheiro **José Torres Filho**
99 frisou que compactuava com a proposta de calendário letivo lançado pelo Centro de Engenharias
100 (CE), pela tratativa de se organização dos semestres. Ademais, destacou a necessidade e
101 importância de um estudo para analisar os impactos gerados por esses semestres no
102 desenvolvimento dos discentes, com vistas a identificar medidas e meios para mitigar eventuais
103 impactos. O conselheiro **Marcondes Ferreira Costa Filho** destacou que a representação
104 discente é totalmente contra a redução dos cem dias letivos, bem como a possibilidade de quebra



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

105 de semestre, pois isso impactaria incisivamente o desenvolvimento e aprendizado. Frisou que
106 era de acordo com a proposta original, porém com início do semestre dois mil e vinte e um, ponto,
107 um em doze de julho e o semestre dois mil e vinte e um, ponto, dois com início em trinta e um
108 de janeiro de dois mil e vinte e dois. No fim, sugeriu que os calendários dos semestres fossem
109 votado separadamente. A conselheira **Andrea Maria Ferreira Moura** corroborou com o
110 posicionamento do CMC e do conselheiro Marcondes Ferreira Costa Filho sobre a não supressão
111 dos cem dias letivos. Outrossim, destacou que houve uma preocupação docente sobre a
112 manutenção de vinte dias de férias e por isso a proposta de início do semestre dois mil e vinte e
113 um, ponto, dois era para o dia vinte e quatro de janeiro, para que fosse mantido o intervalo de
114 férias. O conselheiro **Sueldes de Araújo** respondeu os questionamentos pontuais e ressaltou
115 novamente que não era possível a redução dos cem dias letivos, além disso, pontuou que toda
116 construção de datas de semestre letivo passava por toda uma amplitude e discussão, sendo uma
117 construção coletiva. O conselheiro **Lívio Carvalho de Figueiredo** embasou sua proposta de
118 redução dos dias letivos, pois o atraso costumeiro prejudicava o desenvolvimento institucional,
119 principalmente dos docentes, uma vez que esse longo processo de descontinuidade dos
120 semestres prejudicava a estrutura e planejamento. Ressaltou que era importante buscar medidas
121 para regularização do calendário acadêmico. Em seguida, foram colocados os encaminhamentos
122 do ponto para votação. A proposta para votação separada dos semestres foi colocada e
123 aprovada por unanimidade. A proposta de flexibilização dos cem dias letivos foi colocada em
124 votação e reprovada por nove votos contrários e quatro favoráveis. Foram colocadas as datas
125 de início do semestre letivo dois mil e vinte e um, ponto, um, sendo aprovado o texto original,
126 com início em dezanove de julho de dois mil e vinte e um, com cinco votos favoráveis, dois votos
127 favoráveis a cinco de julho e quatro votos favoráveis a doze de julho de dois mil e vinte e um.
128 Em relação ao início do semestre letivo dois mil e vinte e um, ponto, dois, foi colocado em votação
129 as propostas, tendo sido aprovado o início do semestre letivo no dia dezessete de janeiro de dois
130 mil e vinte e dois, com sete votos favoráveis, três abstenções e três votos favoráveis ao dia vinte
131 e quatro de janeiro de dois mil e vinte e dois. Em ato contínuo, após indagações, a presidente do
132 conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, discorreu sobre a questão do semestre
133 letivo presencial, destacando que nas condições atuais essa possibilidade era extremamente
134 inviável. Informou que foi protocolado junto ao Ministério da Educação (MEC), um documento
135 oficial que destacava as condições para o retorno das aulas de forma presencial, pois as
136 estruturas da Instituição bem como outros fatores sanitários inviabilizavam o retorno de maneira
137 plena. Por fim, foi colocada em votação a proposta de inclusão no calendário, de prazos como:
138 solicitação de turmas no SIGAA pelas coordenações de curso; aprovação de turmas no SIGAA
139 pelas chefias de unidades acadêmicas; e ajustes das solicitações de turmas. Aprovada com oito
140 votos favoráveis e cinco abstenções. **QUARTO PONTO**. A conselheira **Andrea Maria Ferreira**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

141 **Moura** ressaltou que a inclusão do ponto de pauta foi suscitada pelos próprios pares, com vistas
142 de analisar a viabilidade da supressão de um semestre letivo, que se fizesse um estudo que
143 trouxesse informações e dados concretos. O conselheiro **Sueldes de Araújo** colocou que seria
144 importante antes de realizar um estudo de viabilidade, que fosse remetida uma análise jurídica a
145 procuradoria federal da Instituição, para identificar a possibilidade e legalidade. A conselheira
146 **Andrea Maria Ferreira Moura** concordou com o destacado, não se opondo ao encaminhamento.
147 O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Junior** destacou que também poderia ser colocada
148 a consulta jurídica a questão da possibilidade de renomeação do período dois mil e vinte, ponto,
149 três, para sair do status de excepcional para regular. O conselheiro **Sueldes de Araújo** ressaltou
150 que apesar de inviável a princípio, poderia ser juntada a consulta proposta pela Conselheira
151 Andrea Maria Ferreira Moura. O Conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** fez considerações e
152 críticas em relação à interferência do direito nas decisões da Instituição, pois acreditava que o
153 direito servia para auxiliar e não tomar todas as decisões de maneira concreta. Por fim, terminado
154 as discussões do ponto, foi colocado em votação o encaminhamento de consulta a procuradora
155 acerca da supressão de um período letivo, bem como a possibilidade de renomear o período
156 letivo dois mil e vinte, ponto, três, com vista de regularizar os períodos letivos da Instituição,
157 sendo aprovado com seis votos favoráveis e sete abstenções. **QUINTO PONTO (OUTRAS**
158 **OCORRÊNCIAS)** A presidente do conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, discorreu
159 no início do ponto sobre a animosidade que se criou em torno da possibilidade de criação do
160 curso de medicina no Campus de Caraúbas. Destacou que essa foi uma demanda suscitada
161 pela sociedade local e não existia nada concreto ainda. Além disso, evidenciou que mesmo em
162 um cenário de criação, de forma alguma o curso já existente no campus central seria preterido
163 em face de outro. Em seguida, foi colocada em votação a participação das convidadas Karol
164 Cavalcante de Souza e Andrea Taborda Ribas da Cunha, sendo aprovada por unanimidade. Em
165 continuidade, a convidada **Karol Cavalcante de Souza** discorreu sobre problemas específicos
166 que o curso de medicina do campus Mossoró enfrentava em sua consolidação. Questionou o
167 tratamento dado pela gestão da Instituição, tendo sido negligente e omissa em muitas ações,
168 medidas, programas e parcerias, ocasionando em problemas, dificuldades e enfraquecimento do
169 curso. Ressaltou, ainda, problemas de estrutura, institucional, biossegurança e outros
170 correlacionados. Destacou que o momento atual é de fortalecimento do curso de medicina já
171 existente, pois esse era o apelo da comunidade discente e docente. A convidada **Andrea**
172 **Taborda Ribas** destacou que desde o início da atual gestão buscou dialogo constante, com
173 vistas na implementação e consolidação do curso de medicina, porém, infelizmente, continuava
174 enfrentando diversos problemas, como de campos de estágios, articulação política, dentre outros
175 desde seu início. Pontuou que os recursos que o curso de medicina contava para manutenção e
176 compra de equipamentos eram provenientes do Programa de Desenvolvimento de Preceptorias



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

177 em Saúde (PRODEPS), que foi viabilizado pela gestão anterior. Ressaltou, também, total
178 desconhecimento do funcionamento e dificuldades enfrentadas na consolidação de um curso de
179 medicina, haja vista que uma série de requisitos e obrigações eram previstas em regulamentação
180 específica. Criticou a omissão da atual gestão na condução e aproveitamento do curso de
181 medicina para enfrentamento ao Covid-19. Destacou, por fim, que os coordenadores e chefes
182 de curso não podiam ser responsabilizados integralmente pela ausência de protocolos e critérios
183 na formação prática-profissional dos discentes. No arremate, indagou sobre qual o estudo
184 realizado na cidade de Caraúbas que viabilizaria a inserção de um curso de medicina de acordo
185 com os critérios técnicos. A presidente do conselho **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**
186 agradeceu as ponderações das convidadas e destacou que realmente essas fragilidades
187 acometiam o curso de medicina desde gestões passadas, porém trabalhava diariamente para
188 fortalecer e consolidar o curso em todos os âmbitos. Acalmou em relação ao surgimento de um
189 novo curso de medicina na cidade de Caraúbas, pois com certeza isso dependia de diversos
190 fatores, instâncias superiores e nacionais, comissões e critérios. Frisou a importância das
191 considerações, mas nada interferia na abertura de um novo curso, uma vez que para isso todos
192 os objetivos de gestão, comprometimento e trabalho deviam ser rigorosamente cumpridos. O
193 conselheiro **Ricardo Paulo Fonseca Melo** destacou que o campus de Pau dos Ferros estava
194 enfrentando problemas de acesso à internet, o que inviabilizava as atividades presenciais. Por
195 fim, pontuou a importância de sempre adiantar as próximas datas dos calendários. O conselheiro
196 **Manoel Quirino da Silva Junior** questionou da possibilidade de fazer algumas adequações no
197 SIGAA, em funcionalidades como aproveitamento de disciplinas e cadastro de PGCC para envio
198 de mensagens para o docente e para a chefia de departamento, respectivamente. O conselheiro
199 **Hudson Pacheco Pinheiro** pediu celeridade por parte da PROGRAD para resolutividade do
200 Memorando Eletrônico número duzentos e vinte e um de dois mil e vinte, encaminhado pelo
201 Centro Multidisciplinar de Caraúbas. O conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** fez observações e
202 indagou sobre o procedimento para colação de grau. A presidente do conselho **Ludimilla**
203 **Carvalho Serafim de Oliveira** destacou que a questão foi judicializada e estaria aguardando o
204 mérito. Nada mais havendo a discutir, a presidente do conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim**
205 **de Oliveira**, agradeceu a presença de todos os conselheiros e deu por encerrada a reunião. E
206 eu, **Éricka Tayana Lima Bezerra**, Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente
207 Ata, que após lida e aprovada sem emendas, na reunião do dia vinte e sete de julho de dois mil
208 e vinte e um, segue assinada pelo presidente do CONSEPE, pelos demais Conselheiros
209 presentes a esta reunião e por mim. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

210 **Presidente:**

211 Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira _____

212 **Pró-Reitores:**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

- 213 PROEC: Paulo Gustavo da Silva _____
- 214 PROGRAD: Sueldes de Araújo _____
- 215 PROPPG: Glauber Henrique de Sousa Nunes _____
- 216 **Centro de Ciências Agrárias – CCA:**
- 217 José Torres Filho _____
- 218 **Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS:**
- 219 Lívio Carvalho de Figueiredo _____
- 220 **Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN:**
- 221 Andrea Maria Ferreira Moura _____
- 222 **Centro de Ciências Sociais Aplicadas a Humanas – CCSAH:**
- 223 Ângelo Magalhães Silva _____
- 224 **Centro de Engenharias – CE:**
- 225 Manoel Quirino da Silva Junior _____
- 226 **Centro Multidisciplinar de Angicos - CMA:**
- 227 Francisco Edcarlos Alves Leite _____
- 228 **Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC:**
- 229 Hudson Pacheco Pinheiro _____
- 230 **Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros - CMPF:**
- 231 Ricardo Paulo Fonseca Melo _____
- 232 **Representante técnico-administrativo:**
- 233 Maria de Lourdes Fernandes de Medeiros _____
- 234 **Representante discentes:**
- 235 Lucca Matheus Araújo Silva _____
- 236 Marcondes Ferreira Costa Filho _____
- 237 **Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados:**
- 238 Éricka Tayana Lima Bezerra _____